

Investimento Municipal na Região de Lisboa e Vale do Tejo 2016 – Síntese

Estudos para uma Região RICA
Resiliente, Inteligente, Circular e Atrativa



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS



FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: http://www.ccdr-lvt.pt
Título	Investimento municipal na Região de Lisboa e Vale do Tejo 2016 - Síntese
Coordenação	José Pedro Neto (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Adriana Raimundo (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
Revisão	Carla Amador (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
Elaboração técnica	Carla Amador (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Tratamento de dados	Carla Amador (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Data	Janeiro 2018
ISBN	978-972-8872-34-2

ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS	4
APRESENTAÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL ENTRE 2012 E 2016	9
1 CONCEITO DE INVESTIMENTO	9
2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL	9
2.1 O investimento municipal por grandes funções	9
2.2 O investimento municipal: FUNÇÕES GERAIS	11
2.3 O investimento municipal: FUNÇÕES SOCIAIS	12
2.4 O investimento municipal: FUNÇÕES ECONÓMICAS	14
2.5 O investimento municipal: OUTRAS FUNÇÕES	15
3 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL NAS NUTS III DA RLVT	16
CAPÍTULO II. O INVESTIMENTO MUNICIPAL NA RLVT EM 2016	18
1 O INVESTIMENTO MUNICIPAL POR GRANDES FUNÇÕES	18
2 GRAU DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS	18
3 INVESTIMENTO MUNICIPAL <i>PER CAPITA</i>	19
4 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM ²	24
5 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR FUNÇÕES NAS NUTS III	28
5.1 Área Metropolitana de Lisboa	28
5.2 Lezíria do Tejo	29
5.3 Médio Tejo	30
5.4 Oeste	30
CAPÍTULO III. GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	
EM 2016	32
1 GRAU DE COBERTURA GLOBAL	32
2 GRAU DE COBERTURA POR MUNICÍPIO	33
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	35
BIBLIOGRAFIA	36
WEBGRAFIA	36

LISTA DE ABREVIATURAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CE	Classificação Económica
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
FAM	Fundo de Apoio Municipal
FEF capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital
INE	Instituto Nacional de Estatística
LT	Lezíria do Tejo
M€	Milhões de euros
MT	Médio Tejo
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

APRESENTAÇÃO

Conforme dispõe a Constituição da República Portuguesa¹ e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades intermunicipais (RFALEI)², os municípios dispõem de património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, sendo a tutela sobre a sua gestão meramente inspetiva.

A autonomia financeira dos municípios concretiza-se, designadamente, nos seguintes poderes conferidos aos seus órgãos:

- i) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas;
- ii) Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto
- iii) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos;
- iv) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas;
- v) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas;
- vi) Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.

A despesa pública é considerada, em termos genéricos, como um fator importante para a promoção do crescimento económico e do bem-estar social e, simultaneamente, como uma variável que importa acompanhar com rigor, de forma a garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Neste quadro, as despesas de capital e, concretamente, as despesas com investimentos públicos, na medida em que visam o crescimento a longo prazo e apresentam um carácter mais produtivo, são da maior importância no conjunto das despesas públicas.

Face à proximidade entre as autarquias locais e as respetivas populações, a concretização de investimentos é uma das formas de intervenção privilegiadas dos municípios. No sentido de permitir um melhor conhecimento desta realidade na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), elaborou-se um levantamento de informação sobre este assunto.

Com base nos dados disponíveis, o relatório abrange a evolução das despesas municipais com investimentos entre os anos de 2012 e 2016, com destaque para os dados deste último ano.

No presente estudo, optou-se por considerar o investimento definido como tal pelos municípios na execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), dado que apenas nesta sede é possível estudar o investimento com base nas funções a que se destina. De forma a analisar-se a informação de modo coerente entre os vários municípios, considerou-se o investimento reportado pelos municípios através do mapa de *Execução do Plurianual de Investimentos*, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL)³.

De facto, a análise dos mapas de *Execução do Plano Plurianual de Investimentos* dos municípios da RLVT permitiu constatar que a apresentação da informação assume grande diversidade, coexistindo uma multiplicidade de classificações das despesas de investimento, dificultando e tornando mesmo incompatível o tratamento estatístico normalizado da informação ao nível da região. Este constrangimento foi ultrapassado através do recurso aos dados constantes do mapa no SIIAL e, na impossibilidade da utilização destes, pela consulta aos mapas anexos à prestação de contas dos municípios⁴.

Desta forma, minimizaram-se as inconsistências da informação, apesar da subsistência do problema decorrente de parte dos municípios optar por incluir no PPI outras despesas, para além das registadas na classificação económica 07 “aquisição de bens de capital”, enquanto outros apenas incluem este tipo de investimentos.

¹ Artigo 238.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.

² Artigo 6.º do RFALEI, que foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 132/2015, de 4 de setembro, n.º 7-A/2016, de 30 de março, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

³ Esta informação foi validada, em termos globais, com os valores apurados nos Documentos de prestação de contas dos municípios.

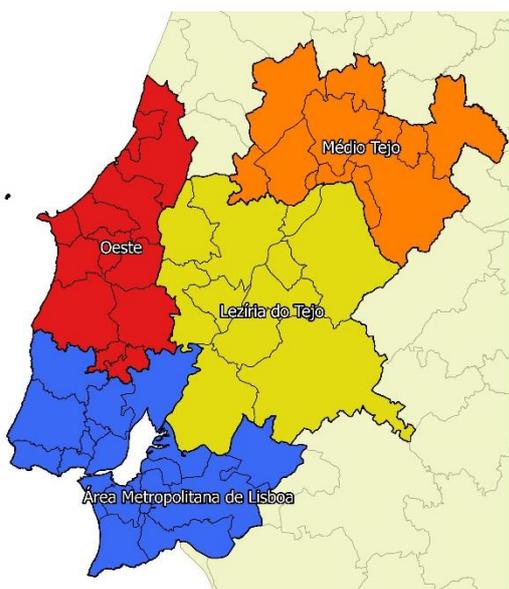
⁴ Municípios de Amadora (2012 a 2016), Sesimbra (2012) e Torres Vedras (2013 e 2014).

Efetivamente, no PPI são registadas fundamentalmente as despesas com a “aquisição de bens de capital”, constantes da classificação económica (CE) 07. Neste mapa podem ainda constar outros tipos de investimento classificados como despesas com “transferências de capital” (CE 08) para outras entidades e “ativos financeiros” (CE 09), sendo, neste caso, incluídos maioritariamente os encargos dos municípios com a participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM). Em 2016, 30 municípios refletiram neste mapa exclusivamente as despesas com a “aquisição de bens de capital”, enquanto 22 municípios optaram por refletir também outras despesas de investimentos, efetuadas através das “transferências de capital” e dos “ativos financeiros”.

Ainda no que respeita a limitações de informação do presente estudo, refira-se o facto de este não conter os dados do investimento realizado através dos serviços municipalizados e das empresas municipais. Acresce que o mesmo incide apenas na perspetiva dos investimentos realizados pelos municípios, sem atender ao impacto dos mesmos na economia local, nomeadamente ao nível empresarial e da empregabilidade. Trata-se de uma análise complementar, que poderá ser objeto de estudos futuros.

Em termos de metodologia de apresentação, inicia-se pela análise à situação evolutiva do investimento dos municípios da RLVT, no período compreendido entre 2012 e 2016, em termos globais e por grandes funções. Em seguida foca-se a situação no exercício de 2016, em termos de estrutura do investimento realizado, do grau de execução dos investimentos previstos, do impacto *per capita* e por km² dos investimentos e de distribuição dos investimentos por NUTS III. Por fim, apresenta-se uma análise comparativa entre o volume do investimento direto e indireto realizado e as principais fontes de financiamento.

A exemplo de outros relatórios desenvolvidos, a delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR LVT⁵, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III⁶:



- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**⁷ – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

⁵ O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, e foi alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 68/2014, de 8 de maio, e 24/2015, de 6 de fevereiro.

⁶ Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos.

⁷ Note-se que a desagregação utilizada difere da prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

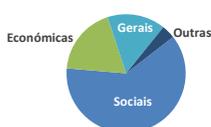
De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área geográfica correspondente à Comunidade intermunicipal do Médio Tejo estão ainda incluídos os Municípios de Sertã e Vila de Rei, que não se integram na área geográfica abrangida pela CCDRLVT, nos termos da respetiva lei orgânica.

SUMÁRIO EXECUTIVO

i. O presente estudo incide sobre os **investimentos** realizados pelos **municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, entre 2012 e 2016**, tendo como base as grandes funções em que ocorreram. Estas resultam da classificação funcional das despesas definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

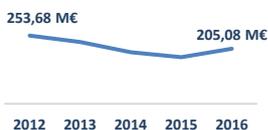
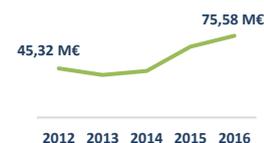
ii. O investimento considerado foi o **registado pelos municípios no Plano Plurianual de Investimentos e registado no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais - SIIAL**, validado, globalmente, a partir dos documentos de prestação de contas.

iii. Em **termos evolutivos**, houve uma diminuição do investimento municipal na RLVT entre 2012 e 2014, invertendo-se esta tendência a partir de 2015, permitindo atingir-se um crescimento de +16,1% (+48,5 M€) em 2016 face ao período homólogo. Ainda assim, o montante do investimento manteve-se inferior em -10,3% face a 2012.



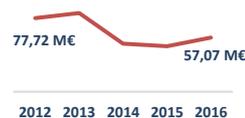
iv. Nos cinco exercícios analisados, as **FUNÇÕES SOCIAIS** (61,9%) registaram o maior **volume de investimentos**, seguidas das **FUNÇÕES ECONÓMICAS** (18,6%). Nas **FUNÇÕES GERAIS** enquadraram-se 15,8% dos investimentos municipais, enquanto nas **OUTRAS FUNÇÕES** foram realizados 3,7%.

v. Nas **FUNÇÕES GERAIS** destaca-se o investimento nos *serviços gerais da administração pública*, correspondente a 91,8% dos investimentos realizados, entre 2012 e 2016, nesta área. As restantes subfunções apresentaram uma relevância residual, merecendo algum destaque o peso relativo das despesas com proteção civil e luta contra incêndios (7,1%).



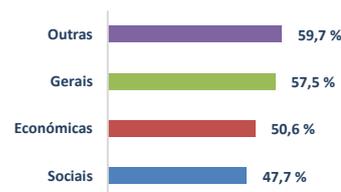
vi. Em termos evolutivos, o investimento municipal em **FUNÇÕES SOCIAIS** baixou -19,2%, entre 2012 e 2016, tendência contrariada nesse último ano pelo aumento de +18,2% face ao período homólogo. No conjunto das **FUNÇÕES SOCIAIS** destacaram-se as despesas de investimento em *ordenamento do território* (29,4%) e em *educação* (26,7%).

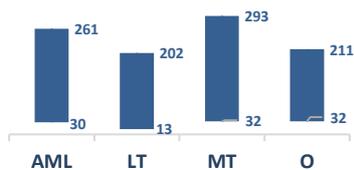
vii. O investimento em **FUNÇÕES ECONÓMICAS** aumentou +19,0% entre 2015 e 2016, ficando, ainda assim, cerca de -26,6% abaixo do nível de investimentos registado em 2012. Em termos de subfunções económicas, os municípios da RLVT privilegiaram significativamente a área dos *transportes rodoviários*.



viii. As **OUTRAS FUNÇÕES** englobam os investimentos de índole residual, não enquadráveis nas restantes, bem como os investimentos que, pela sua natureza, abrangem mais do que uma função. Dada a sua natureza residual, os valores de investimento são naturalmente baixos. Em termos evolutivos, assinala-se a diminuição destas despesas de -9,9%, entre 2012 e 2016 e -15,8% no último ano.

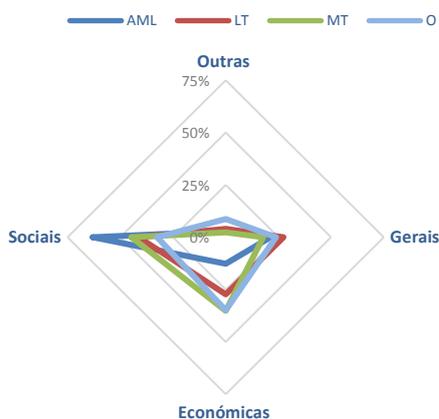
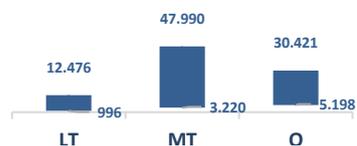
ix. O **grau de execução global dos investimentos municipais previstos para 2016** na RLVT foi de 50,3%. Numa análise por funções, constata-se um maior grau de execução nas **OUTRAS FUNÇÕES** (59,7%), valor similar ao das **FUNÇÕES GERAIS** (57,5%). As **FUNÇÕES ECONÓMICAS** (50,6%) tiveram um grau de execução próximo do valor médio global e o menor valor foi registado nas **FUNÇÕES SOCIAIS** (47,7%).





x. Em 2016, o **investimento per capita** na RLVT foi de 96,1 €/hab, com os valores por município a variarem entre os 13,1 €/hab e os 293,1 €/hab. Ao nível das sub-regiões esta amplitude é mais expressiva no Médio Tejo, onde se regista o valor máximo municipal, seguindo-se a AML, a Lezíria do Tejo, com o valor mínimo municipal e a menor variação no Oeste.

xi. No que se refere ao **impacto geográfico**, o investimento realizado na região foi de 28.615,4 €/km². Por município, identifica-se uma amplitude muito significativa – de 995,7 €/km² a 1.319.253,3 €/km². Naturalmente, a maior variação e o valor máximo situam-se na AML. Segue-se o Médio Tejo, o Oeste e a Lezíria do Tejo, onde se localiza igualmente o município com o valor mínimo.



xii. **Por sub-regiões e também em 2016**, os municípios da AML privilegiaram o investimento nas áreas sociais, que representou cerca de 63,0% do investimento total. Também na Lezíria do Tejo as FUNÇÕES SOCIAIS obtiveram o maior volume de investimentos dos municípios (41,3%), embora registando-se um menor grau de concentração nesta área, comparativamente com a AML. Situação semelhante verificou-se nos municípios do Médio Tejo, onde as FUNÇÕES SOCIAIS absorveram 44,7% dos investimentos realizados. Já na sub-região do Oeste, o investimento municipal predominante ocorreu ao nível das FUNÇÕES ECONÓMICAS, nas quais se registaram 34,9% das despesas de investimento face a 32,5% destinadas às FUNÇÕES SOCIAIS.

xiii. A **comparação**, em 2016, entre o **investimento municipal pago** – investimento direto e indireto, aferido pelas despesas com aquisição de bens de capital e transferências de capital para outras entidades, com as **fontes de financiamento privilegiadas para este tipo de despesas**, permite-nos constatar que há uma taxa de cobertura integral dos investimentos pagos por parte destas receitas, com as despesas de investimento a absorverem na região 42,8% das receitas consideradas como principais fontes de financiamento.



CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL ENTRE 2012 E 2016

1 CONCEITO DE INVESTIMENTO

O investimento pode ser definido como a formação de “capital fixo”, sendo o capital o conjunto de bens físicos duradouros produzidos com o fim de ajudar à produção de outros bens. Para efeitos do presente estudo, o investimento é analisado na ótica de caixa, entendendo-se como **investimento direto** as despesas classificadas como aquisição de bens de capital^{8,9} e como **investimento indireto** aquele que resulta das transferências dos municípios para outras entidades, com a natureza de despesa de capital.

A ótica económica foi conjugada com a ótica funcional¹⁰ através do PPI e o investimento é apresentado, de acordo com a seguinte desagregação, em termos de grandes funções: GERAIS, SOCIAIS, ECONÓMICAS e OUTRAS. Estas, por sua vez, desagregam-se em subfunções:

- As **FUNÇÕES GERAIS** abrangem os *serviços gerais da administração pública, a segurança e ordem públicas, a proteção civil e luta contra incêndios e a polícia municipal.*
- As **FUNÇÕES SOCIAIS** incluem a *educação, a saúde, a segurança e ação sociais, a habitação e serviços coletivos, o ordenamento do território, o saneamento, o abastecimento de água, os resíduos sólidos, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, os serviços culturais, recreativos e religiosos, a cultura, o desporto, o recreio e lazer e as outras atividades cívicas e religiosas.*
- Nas **FUNÇÕES ECONÓMICAS** constam os investimentos com a *agricultura, a pecuária, a silvicultura, a caça e pesca, a indústria e energia, os transportes e comunicações, os transportes rodoviários, os transportes fluviais, o comércio e turismo, os mercados e feiras, o turismo e as outras funções económicas.*
- Na categoria **OUTRAS FUNÇÕES** são apresentadas as despesas com as *operações da dívida autárquica, as transferências entre administrações e as diversas não especificadas.*

2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL

2.1 O investimento municipal por grandes funções

A evolução do investimento municipal realizado na RLVT, entre 2012 e 2016, reflete duas tendências distintas. Entre 2012 e 2014, o investimento municipal diminuiu sistematicamente, atingindo-se o valor mais baixo no último ano (296,94 M€). A partir de 2015 houve uma quebra desta tendência, alcançando-se um crescimento de +16,1% (+48,5 M€) em 2016, face ao período homólogo. Ainda assim, o montante do investimento nesse ano manteve-se inferior em -10,3% (-40,29 M€) ao registado em 2012.

⁸ O conceito tem por base o classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02.

⁹ A aquisição de bens de capital, ou classificação económica 07, abrange “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”.

¹⁰ A classificação funcional está consagrada no ponto 2.5.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.º 315/2000, de 2 de dezembro e n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro.

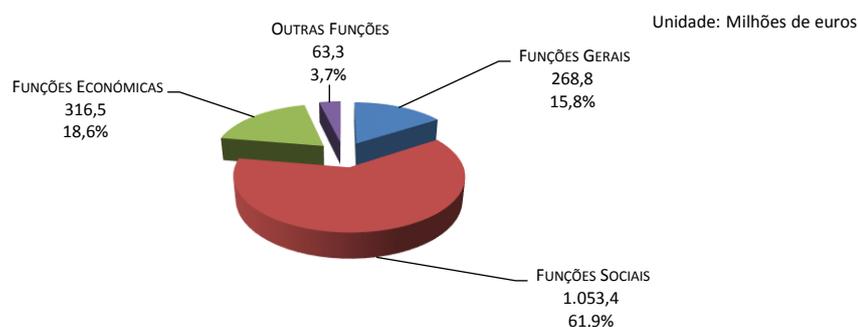
Tabela 1 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016

Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
FUNÇÕES GERAIS	45,32	39,33	42,98	65,59	75,58	15,2%	66,7%
FUNÇÕES SOCIAIS	253,68	229,46	191,77	173,45	205,08	18,2%	-19,2%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	77,72	82,97	50,77	47,97	57,07	19,0%	-26,6%
OUTRAS FUNÇÕES	13,11	12,90	11,42	14,03	11,81	-15,8%	-9,9%
RLVT	389,83	364,66	296,94	301,03	349,54	16,1%	-10,3%

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

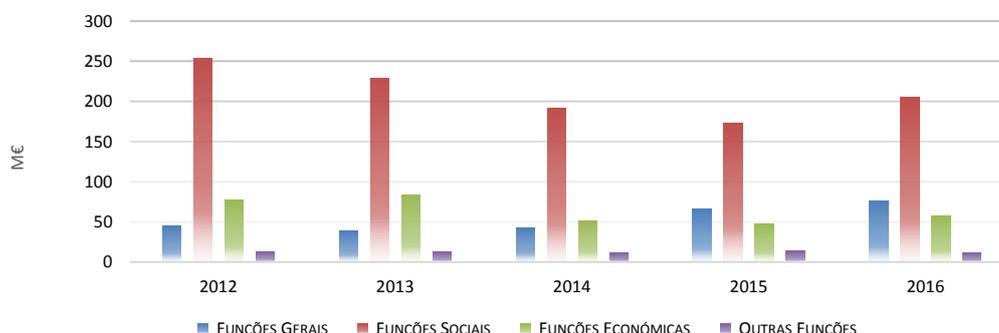
Conforme se observa nos gráficos seguintes, é nas **FUNÇÕES SOCIAIS** (61,9%) que se registou o maior volume de investimentos. Não obstante o investimento municipal não setorializado – aplicado em **FUNÇÕES GERAIS**, assumir o segundo papel mais importante em 2015 e 2016, no conjunto dos cinco anos as **FUNÇÕES ECONÓMICAS** tiveram maior peso no investimento realizado, representando 18,6% do investimento total, comparativamente a 15,8% constituído pelo investimento em **FUNÇÕES GERAIS**. Por sua vez, entre 2012 e 2016, o investimento nas **OUTRAS FUNÇÕES** atingiu os 3,7%.

Gráfico 1 – Estrutura do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016



Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 2 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016



Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

2.2 O investimento municipal: FUNÇÕES GERAIS

Nas FUNÇÕES GERAIS encontram-se os investimentos que compreendem as atividades de âmbito geral da administração local.

Tabela 2 – Subfunções de FUNÇÕES GERAIS

<i>Serviços gerais da administração pública</i>	<i>Segurança e ordem públicas</i>	<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	<i>Polícia municipal</i>
---	-----------------------------------	---	--------------------------

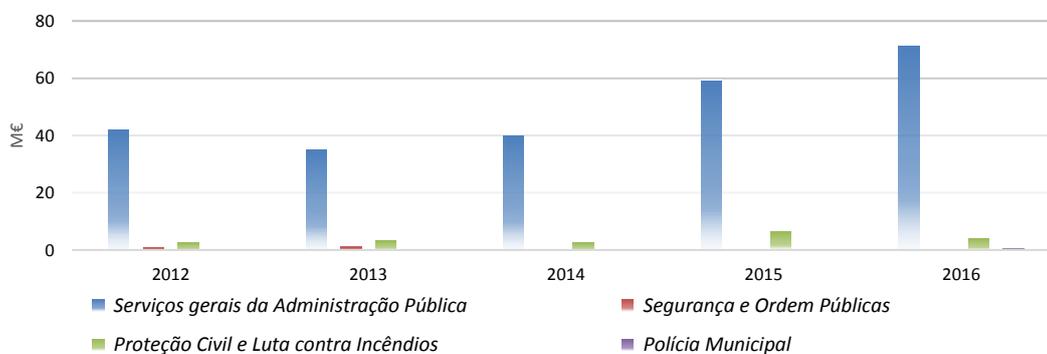
Ao contrário da tendência identificada ao nível do investimento total, o realizado em FUNÇÕES GERAIS aumentou +66,7% (+11,3 M€) entre 2012 e 2016, confirmando-se neste último ano a tendência crescente que se registava desde 2014. Destaca-se, em termos absolutos, a variação nas despesas de investimento nos *serviços gerais da administração pública*.

Tabela 3 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2012 a 2016

Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	41,79	34,92	39,91	58,91	71,12	20,7%	70,2%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,89	1,08	0,13	0,00	0,00	0,0%	-99,9%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	2,59	3,20	2,65	6,58	4,00	-39,3%	54,2%
<i>Polícia municipal</i>	0,05	0,13	0,28	0,10	0,46	370,3%	785,7%
Total FUNÇÕES GERAIS	45,32	39,33	42,98	65,59	75,58	15,2%	66,7%

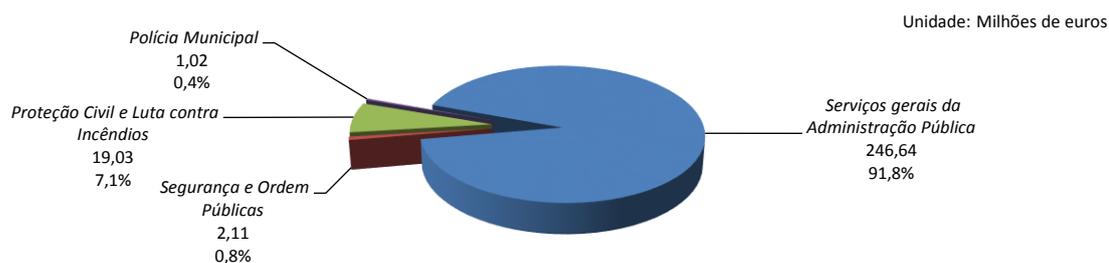
Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 3 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2012 a 2016



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

É também a subfunção *serviços gerais da administração pública* que apresenta maior relevância no período analisado, incidindo 91,8% dos investimentos realizados em FUNÇÕES GERAIS, nos cinco anos. Os investimentos dos municípios em *proteção civil e luta contra incêndios*, *polícia municipal* e *segurança e ordens públicas* tiveram uma relevância muito menos significativa, em termos comparativos.

Gráfico 4 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - FUNÇÕES GERAIS

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

2.3 O investimento municipal: FUNÇÕES SOCIAIS

Nestas funções os investimentos são realizados pelos municípios no âmbito das suas atribuições próprias ou delegadas pela administração central, através de contratos e protocolos.

Tabela 4 – Subfunções de FUNÇÕES SOCIAIS

<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>	<i>Segurança e ação sociais</i>	<i>Habituação e serviços coletivos</i>
<i>Ordenamento do território</i>	<i>Saneamento</i>	<i>Abastecimento de água</i>	<i>Resíduos sólidos</i>
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	<i>Cultura</i>	<i>Desporto, recreio e lazer</i>
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>			

O investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS apresenta uma importância significativa nos municípios da RLVT. Em termos evolutivos, o montante destas despesas baixou -19,2%, entre 2012 e 2016, tendência contrariada no último exercício por um aumento de +18,2%, face ao período homólogo.

As subfunções sociais que assumem maior preponderância, no período analisado, são o *ordenamento do território* – inclui os investimentos de reabilitação urbana e rural e a elaboração e execução dos planos diretores municipais, bem como a *educação* – engloba os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, as escolas ou centros de educação especial e de educação de adultos e as infraestruturas do desporto escolar que se enquadrem nas competências municipais.

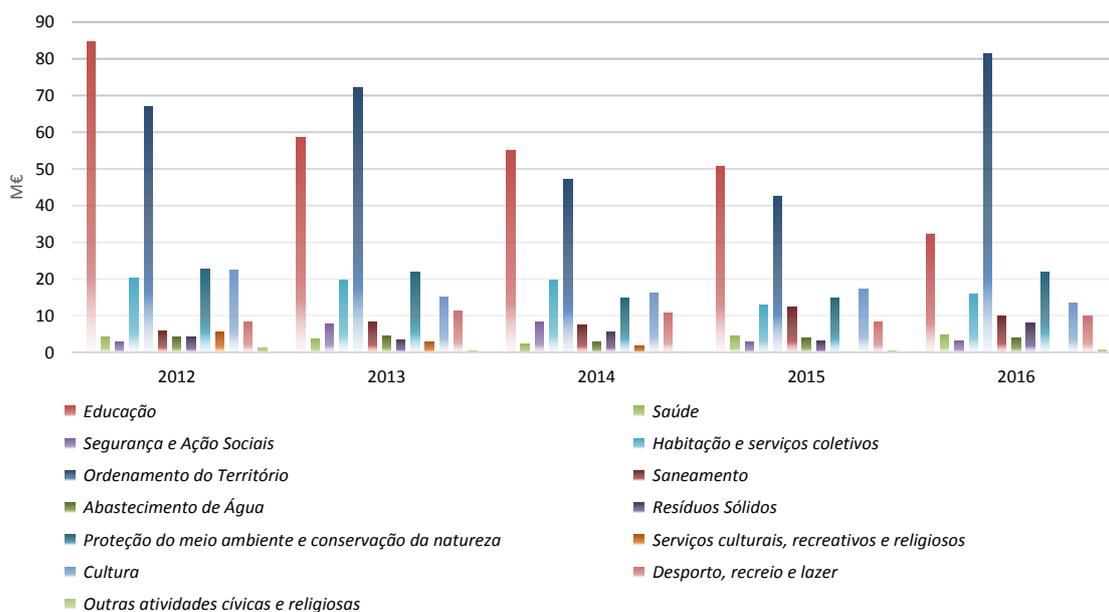
Tabela 5 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2012 a 2016

Unidade: Milhões de euros

Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
<i>Educação</i>	84,72	58,44	54,89	50,75	32,25	-36,5%	-61,9%
<i>Saúde</i>	4,16	3,57	2,30	4,51	4,81	6,5%	15,5%
<i>Segurança e ação sociais</i>	2,91	7,84	8,37	2,84	3,24	14,2%	11,4%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	20,32	19,72	19,64	12,84	16,00	24,6%	-21,2%
<i>Ordenamento do território</i>	67,02	72,19	47,08	42,42	81,41	91,9%	21,5%
<i>Saneamento</i>	5,91	8,20	7,39	12,39	9,93	-19,9%	68,0%
<i>Abastecimento de água</i>	4,08	4,36	2,79	3,90	4,00	2,7%	-1,8%
<i>Resíduos sólidos</i>	4,31	3,46	5,58	3,15	7,93	151,8%	83,8%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	22,80	21,95	14,85	14,88	21,77	46,3%	-4,5%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	5,61	2,96	1,83	0,12	0,01	-95,4%	-99,9%
<i>Cultura</i>	22,47	14,99	16,16	17,12	13,37	-21,9%	-40,5%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	8,18	11,39	10,59	8,16	9,80	20,2%	19,9%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	1,20	0,37	0,28	0,36	0,54	49,3%	-54,5%
Total FUNÇÕES SOCIAIS	253,68	229,46	191,77	173,45	205,08	18,2%	-19,2%

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 5 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2012 a 2016

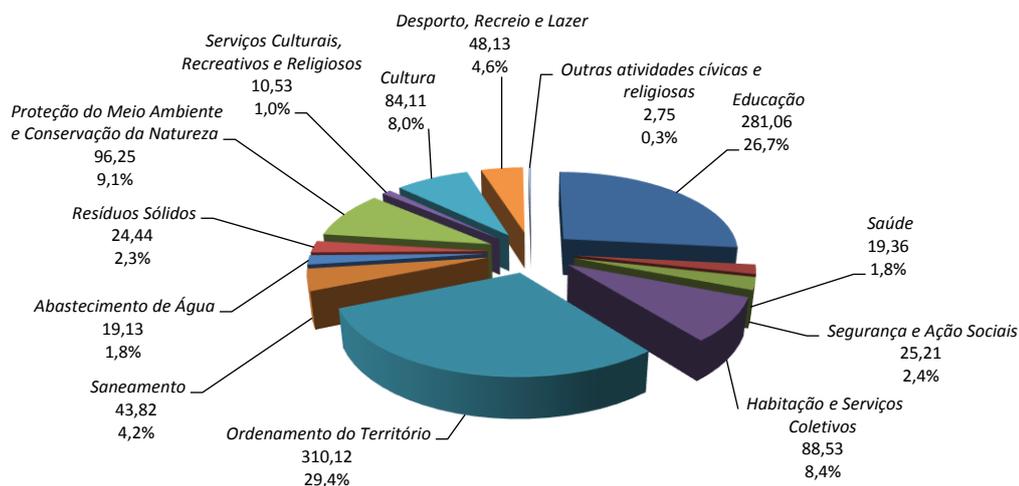


Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

As despesas de investimento em *ordenamento do território* e em *educação* representaram, respetivamente, 29,4% e 26,7% do investimento pago em FUNÇÕES SOCIAIS pelos municípios nos exercícios em análise. Com algum destaque, embora menos significativo, referências às despesas de investimento na *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* (9,1%), na *habitação e serviços coletivos* (8,4%) e na *cultura* (8,0%).

Gráfico 6 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - FUNÇÕES SOCIAIS

Unidade: milhões de euros



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

2.4 O investimento municipal: FUNÇÕES ECONÓMICAS

Tabela 6 – Subfunções de FUNÇÕES ECONÓMICAS

<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	<i>Indústria e energia</i>	<i>Transportes e comunicações</i>
<i>Transportes rodoviários</i>	<i>Transportes fluviais</i>	<i>Comércio e turismo</i>
<i>Mercados e feiras</i>	<i>Turismo</i>	<i>Outras funções económicas</i>

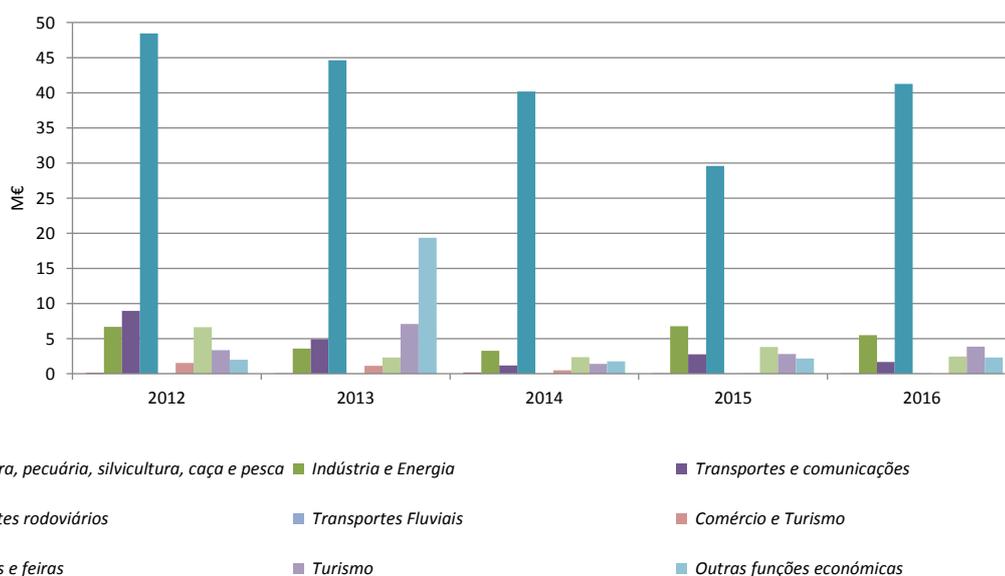
Com um decréscimo de -26,6% do valor global, entre 2012 e 2016, o investimento em FUNÇÕES ECONÓMICAS aumentou +19,0% entre 2015 e 2016, ficando, ainda assim, abaixo do nível de investimentos registado em 2012.

Tabela 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2012 a 2016

Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,11	0,04	0,17	0,01	0,02	280,2%	-76,6%
<i>Indústria e energia</i>	6,69	3,55	3,26	6,76	5,48	-18,9%	-18,0%
<i>Transportes e comunicações</i>	8,95	4,88	1,17	2,76	1,67	-39,5%	-81,3%
<i>Transportes rodoviários</i>	48,45	44,62	40,16	29,57	41,27	39,6%	-14,8%
<i>Transportes fluviais</i>	0,01	0,02	0,02	0,01	0,03	82,2%	98,3%
<i>Comércio e turismo</i>	1,53	1,13	0,47	0,08	0,00	-100,0%	-100,0%
<i>Mercados e feiras</i>	6,63	2,31	2,36	3,80	2,45	-35,5%	-63,0%
<i>Turismo</i>	3,34	7,06	1,41	2,80	3,83	37,0%	14,5%
<i>Outras funções económicas</i>	2,01	19,36	1,74	2,19	2,32	6,1%	15,6%
Total FUNÇÕES ECONÓMICAS	77,72	82,97	50,77	47,97	57,07	19,0%	-26,6%

Unidade: Milhões de euros
Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2012 a 2016

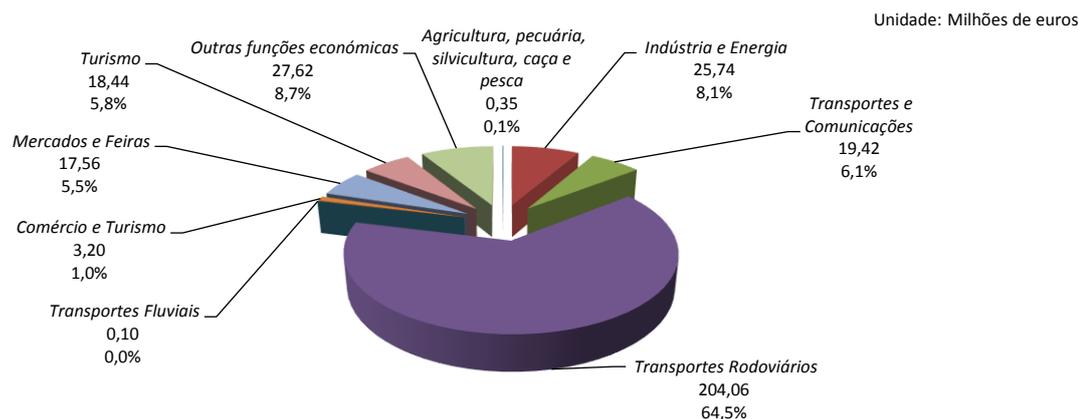


Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Em termos de subfunções económicas, os municípios da RLVT privilegiaram significativamente os *transportes rodoviários* – despesas com os viadutos, a construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização, bem como a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais.

Outra subfunção que importa mencionar, embora com muito menor relevância, é a *indústria e energia* – despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais, a iluminação pública e as resultantes dos incentivos à diversificação das fontes de energia e apoio ao transporte e distribuição de energia.

Gráfico 8 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - FUNÇÕES ECONÓMICAS



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

2.5 O investimento municipal: OUTRAS FUNÇÕES

Tabela 8 – Subfunções de OUTRAS FUNÇÕES

Operações da dívida autárquica | *Transferências entre Administrações* | *Diversas não especificadas*

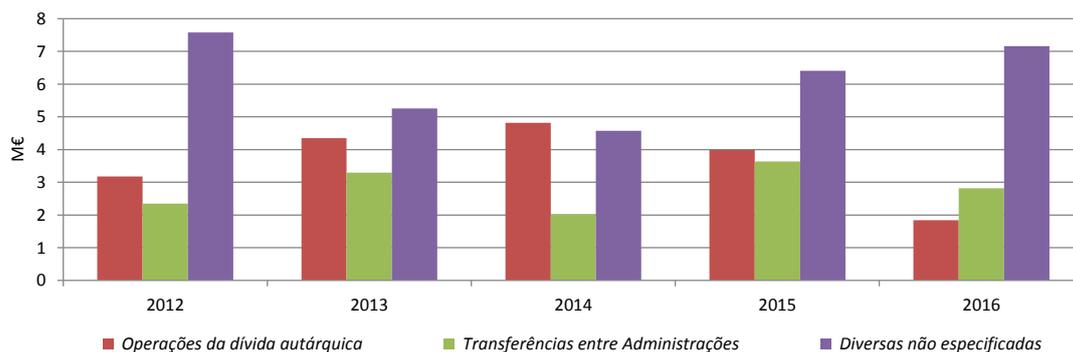
Tal como enunciado na tabela anterior, o investimento apresentado sob a epígrafe OUTRAS FUNÇÕES engloba as *operações da dívida autárquica*, as *transferências entre Administrações* (para outras entidades da administração central, regional ou autárquica), bem como as despesas *diversas não especificadas* nas restantes rubricas. Nesta função incluem-se também os investimentos que, pela sua natureza, abrangem mais do que uma função. Dado o seu domínio residual, os valores de investimento são naturalmente baixos. Em termos evolutivos, assinala-se uma diminuição destas despesas, tanto entre 2012 e 2016 (-9,9%), como no último ano face ao período homólogo (-15,8%).

Tabela 9 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2012 a 2016

Unidade: Milhões de euros

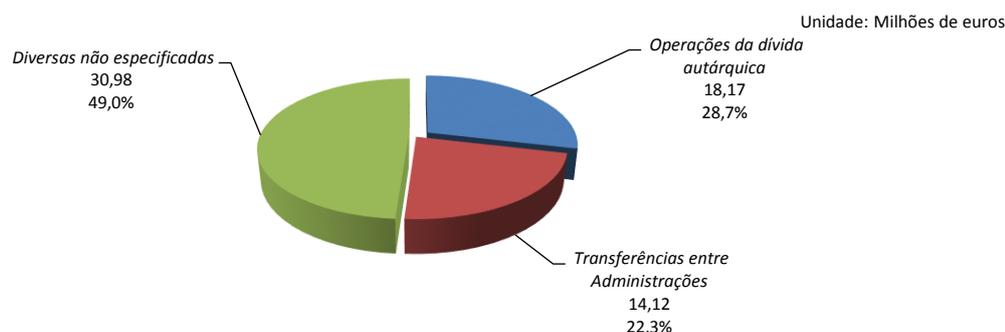
Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
<i>Operações da dívida autárquica</i>	3,18	4,35	4,82	3,98	1,84	-53,8%	-42,0%
<i>Transferências entre Administrações</i>	2,35	3,30	2,02	3,64	2,81	-22,7%	19,5%
<i>Diversas não especificadas</i>	7,58	5,26	4,58	6,40	7,16	11,7%	-5,6%
Total OUTRAS FUNÇÕES	13,11	12,90	11,42	14,03	11,81	-15,8%	-9,9%

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 9 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2012 a 2016

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

A maior relevância é assumida pela subfunção *diversas não especificadas*, devido ao facto de nesta rubrica serem incluídos investimentos multifuncionais.

Gráfico 10 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 – OUTRAS FUNÇÕES

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

3 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL NAS NUTS III DA RLVT

No que respeita ao investimento municipal na RLVT agrupado por NUTS III destacam-se duas situações.

Em primeiro lugar, a relevância que assumem os municípios da AML, cujos valores são muito mais elevados do que os registados nas restantes sub-regiões. Em 2016, o valor do investimento pago pelos municípios da AML foi 4 vezes superior aos restantes da região.

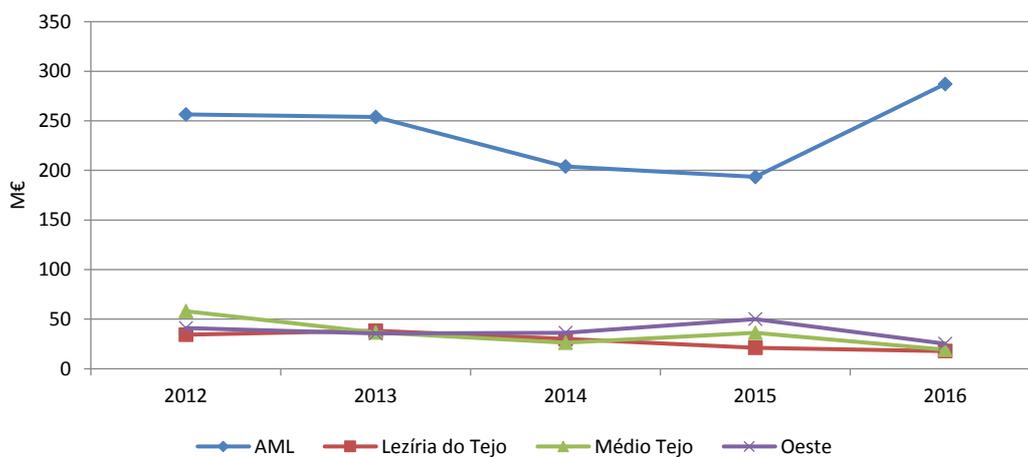
Em segundo lugar, contrariando a tendência registada ao nível regional, o investimento realizado pelos municípios da AML aumentou +12,0% entre 2012 e 2016 e +48,4% no último período homólogo. Nas restantes NUTS III o investimento municipal realizado em 2016 refletiu uma redução, tanto no último exercício como relativamente a 2012.

Tabela 10 – Evolução do investimento municipal, de 2012 a 2016, por NUTS III

Investimento municipal	2012	2013	2014	2015	2016	Unidade: milhões de euros	
						Variação (%)	
						2015-2016	2012-2016
AML	256,35	253,96	204,09	193,54	287,19	48,4%	12,0%
Lezíria do Tejo	34,27	38,36	30,27	21,13	17,83	-15,6%	-48,0%
Médio Tejo	58,08	36,75	26,45	36,34	19,25	-47,0%	-66,9%
Oeste	41,13	35,60	36,13	50,03	25,27	-49,5%	-38,6%
RLVT	389,83	364,66	296,94	301,03	349,54	16,1%	-10,3%

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 11 – Evolução do investimento municipal, de 2012 a 2016, por NUTS III



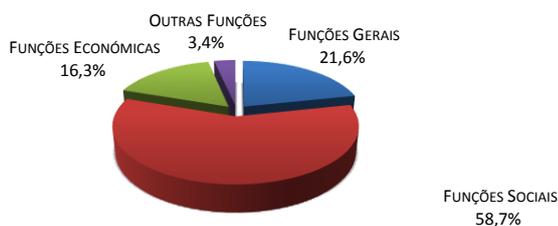
Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2012 a 2016 dos municípios da RLVT.

CAPÍTULO II. O INVESTIMENTO MUNICIPAL NA RLVT EM 2016

1 O INVESTIMENTO MUNICIPAL POR GRANDES FUNÇÕES

Refletindo a tendência já observada para o período de 2012-2016, o investimento em FUNÇÕES SOCIAIS predominou também em 2016, apresentando um peso de 58,7% no total do investimento municipal efetuado. Seguiram-se as FUNÇÕES GERAIS, representativas de mais de $\frac{1}{5}$ do investimento, as FUNÇÕES ECONÓMICAS (16,3%) e as OUTRAS FUNÇÕES (3,4%).

Gráfico 12 – Distribuição do investimento municipal de acordo com as grandes funções, em 2016



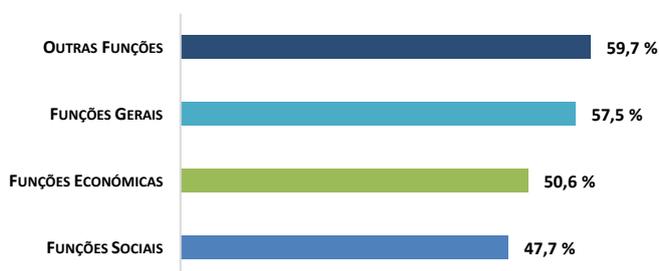
Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

2 GRAU DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

A comparação entre o investimento previsto e o investimento executado permite-nos identificar o grau de execução destas despesas, o qual foi de 50,3% em 2016.

No que diz respeito às grandes funções, constata-se o maior grau de execução nas OUTRAS FUNÇÕES (59,7%), valor similar ao apurado para as FUNÇÕES GERAIS (57,5%). As FUNÇÕES ECONÓMICAS (50,7%) registaram um grau de execução muito próximo do valor médio global e o menor valor foi identificado nas FUNÇÕES SOCIAIS (47,7%).

Gráfico 13 – Distribuição do grau de execução dos investimentos municipais previstos, de acordo com as grandes funções, em 2016



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Tabela 11 – Grau de execução do investimento pago, em 2016

Unidade: milhões de euros

Investimento municipal	Previsto	Executado	Grau de execução %
FUNÇÕES GERAIS	131,40	75,58	57,5%
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	122,88	71,12	57,9%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,001	0,0007	73,6%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	6,45	4,00	62,0%
<i>Polícia municipal</i>	2,08	0,46	22,2%
FUNÇÕES SOCIAIS	430,26	205,08	47,7%
<i>Educação</i>	59,16	32,25	54,5%
<i>Saúde</i>	9,35	4,81	51,4%
<i>Segurança e ação sociais</i>	8,89	3,24	36,5%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	31,77	16,00	50,4%
<i>Ordenamento do território</i>	176,76	81,41	46,1%
<i>Saneamento</i>	19,79	9,93	50,2%
<i>Abastecimento de água</i>	8,56	4,00	46,8%
<i>Resíduos sólidos</i>	15,74	7,93	50,4%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	43,37	21,77	50,2%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,006	0,005	94,7%
<i>Cultura</i>	32,02	13,37	41,8%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	24,20	9,80	40,5%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,65	0,54	83,4%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	112,88	57,07	50,6%
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,15	0,02	17,0%
<i>Indústria e energia</i>	11,36	5,48	48,3%
<i>Transportes e comunicações</i>	2,84	1,67	58,7%
<i>Transportes rodoviários</i>	82,18	41,27	50,2%
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,00	-
<i>Transportes fluviais</i>	0,033	0,027	83,8%
<i>Comércio e turismo</i>	0,01	0,00	0,0%
<i>Mercados e feiras</i>	4,90	2,45	50,0%
<i>Turismo</i>	7,87	3,83	48,7%
<i>Outras funções económicas</i>	3,53	2,32	65,6%
OUTRAS FUNÇÕES	19,79	11,81	59,7%
<i>Operações da dívida autárquica</i>	1,93	1,84	95,6%
<i>Transferências entre Administrações</i>	3,71	2,81	75,9%
<i>Diversas não especificadas</i>	14,16	7,16	50,5%
RLVT	694,33	349,54	50,3%

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

3 INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA

Em 2016, o investimento *per capita* dos municípios da RLVT foi de 96,1€/hab. Por município, identificou-se uma amplitude significativa entre o valor mais baixo (13,1 €/hab, em Alpiarça) e o mais alto (293,1 €/hab, em Mação).

Gráfico 14 – Amplitude do investimento per capita dos municípios da RLVT, por NUTS III, em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017); Área: km2 em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

Tabela 12 – Investimento em 2016, *per capita*, por município

(ordem decrescente de população)

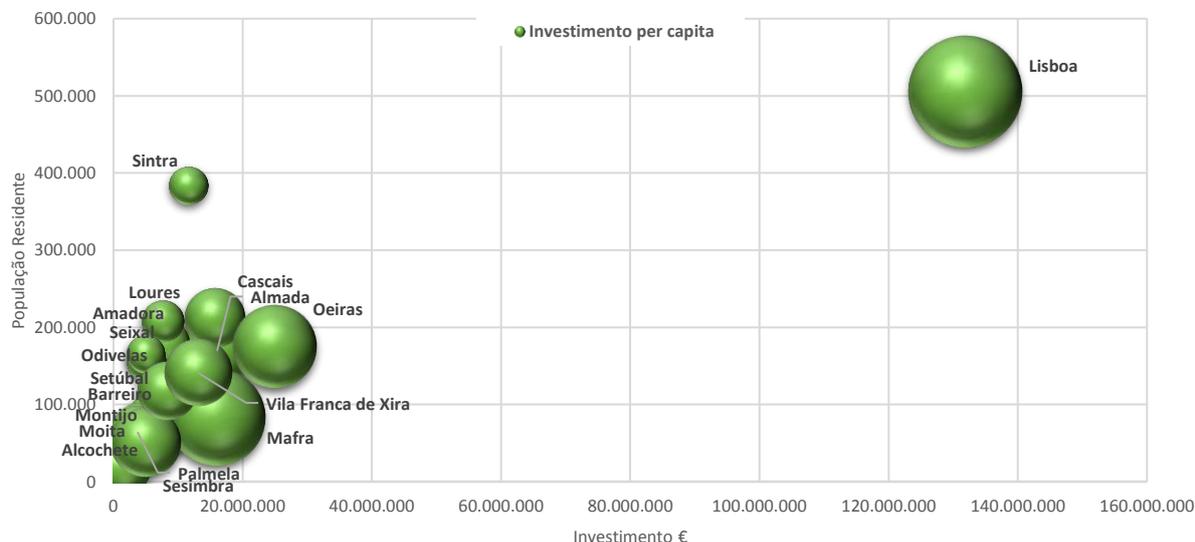
Municípios	Investimento (€)	População (N.º hab)	Valores <i>per capita</i> (€/hab)
Lisboa	131.925.327,23	504.964	261,3
Sintra	11.653.276,44	383.946	30,4
Cascais	15.703.505,66	210.889	74,5
Loures	7.614.787,81	207.567	36,7
Amadora	8.251.555,11	178.169	46,3
Oeiras	24.999.632,86	174.249	143,5
Almada	16.035.572,51	169.330	94,7
Seixal	4.942.218,42	165.123	29,9
Odivelas	5.078.677,28	156.083	32,5
Vila Franca de Xira	13.141.478,83	140.844	93,3
Setúbal	8.345.950,35	116.979	71,3
Mafra	15.981.139,59	82.581	193,5
Torres Vedras	3.795.695,93	78.700	48,2
Barreiro	7.285.792,91	75.978	95,9
Moita	4.284.375,58	64.767	66,2
Palmela	3.723.235,94	64.146	58,0
Santarém	1.501.191,11	58.255	25,8
Montijo	1.910.744,82	55.742	34,3
Alcobaça	2.384.534,28	54.628	43,7
Caldas da Rainha	3.320.452,41	51.557	64,4
Sesimbra	5.040.634,81	50.972	98,9
Ourém	3.448.126,51	44.751	77,1
Alenquer	2.632.376,09	43.287	60,8
Tomar	1.604.603,85	37.795	42,5
Abrantes	4.083.201,62	36.284	112,5
Torres Novas	4.778.449,93	35.420	134,9
Benavente	1.729.976,65	29.965	57,7
Peniche	2.295.730,91	26.848	85,5
Lourinhã	1.730.277,54	25.619	67,5
Cartaxo	1.238.114,57	23.939	51,7
Almeirim	2.769.751,33	22.912	120,9
Azambuja	2.253.154,13	22.258	101,2
Salvaterra de Magos	1.285.181,83	21.567	59,6
Entroncamento	671.865,24	20.797	32,3
Rio maior	1.395.682,67	20.582	67,8
Alcochete	1.273.201,26	19.020	66,9
Coruche	3.685.592,57	18.272	201,7
Arruda dos Vinhos	2.228.667,97	14.703	151,6
Nazaré	2.494.487,81	14.350	173,8
Cadaval	909.621,59	13.783	66,0
Alcanena	1.014.967,16	13.063	77,7
Bombarral	685.784,39	12.603	54,4
Óbidos	2.453.724,58	11.656	210,5
Sobral de Monte Agraço	333.729,90	10.295	32,4
Chamusca	1.448.991,76	9.510	152,4
Ferreira do Zêzere	828.951,05	8.126	102,0
Vila Nova da Barquinha	337.557,24	7.314	46,2
Alpiarça	94.591,32	7.209	13,1
Mação	1.930.118,13	6.586	293,1
Golegã	424.316,28	5.508	77,0
Constância	257.624,91	3.990	64,6
Sardoal	298.304,56	3.792	78,7
RLVT	349.536.505,23	3.637.273	96,1

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017).

Ao nível das sub-regiões a amplitude dos valores de investimento *per capita* foi mais expressiva no Médio Tejo, onde se registou o valor máximo municipal, seguindo-se a AML, a Lezíria do Tejo, a qual registou o valor mínimo municipal e a menor variação no Oeste.

Na AML, o investimento *per capita* dos municípios foi de 101,8 €/hab. A amplitude de valores é de 231€/hab, oscilando entre o valor máximo de Lisboa (261,3 €/hab) e o mínimo de Seixal (29,9 €/hab).

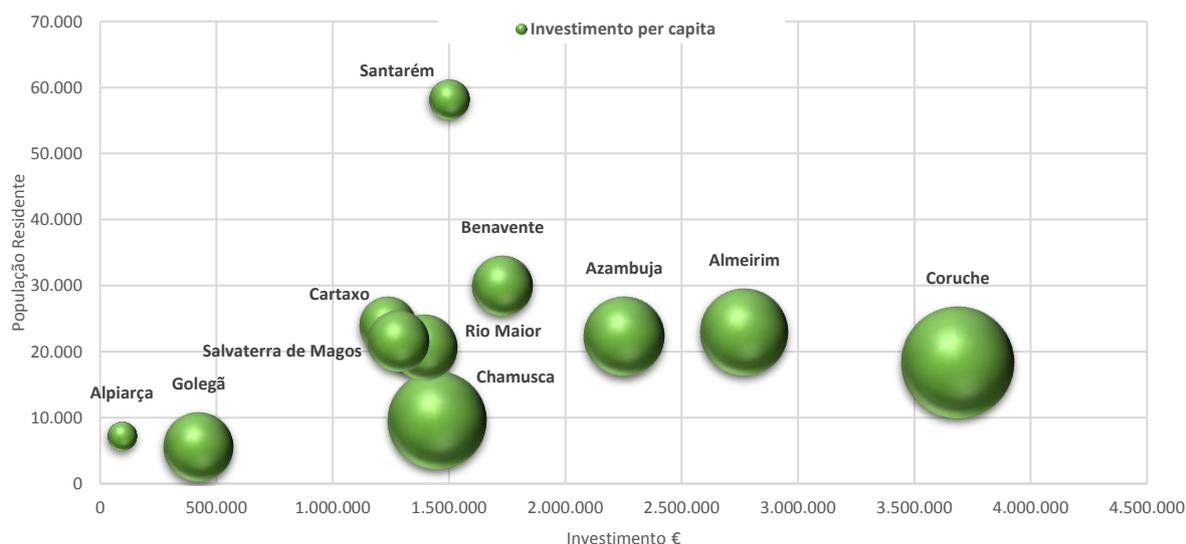
Gráfico 15 – Investimento *per capita* dos municípios da AML em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017).

Na Lezíria do Tejo a amplitude de valores foi de 188,6€/hab, tendo como valor máximo da sub-região Coruche (201,7 €/hab) e como valor mínimo, inclusive da região, Alpiarça (13,1 €/hab). O investimento *per capita* foi de 74,3 €/hab.

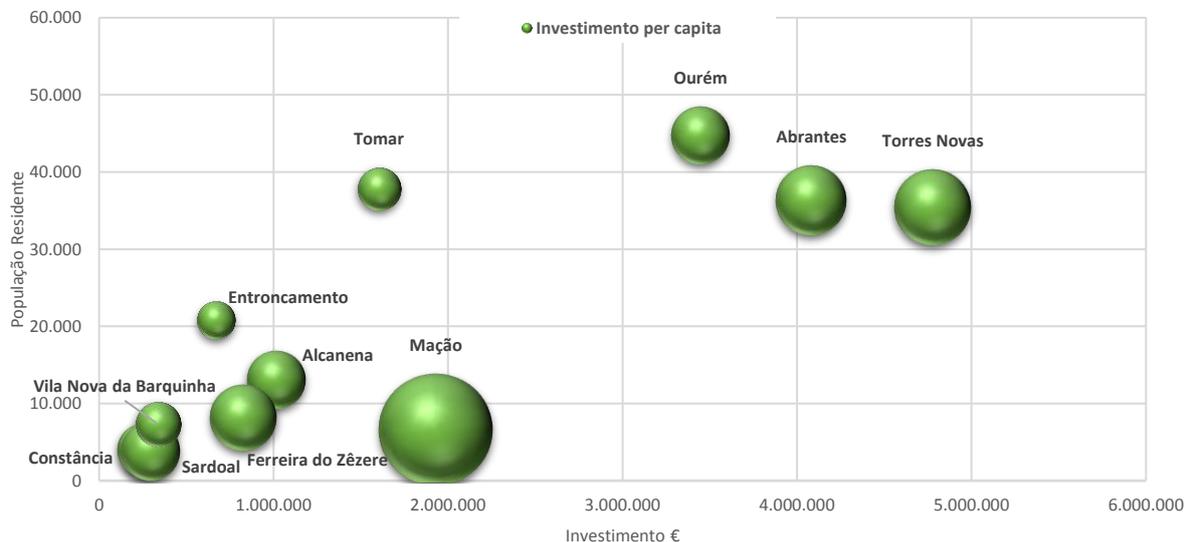
Gráfico 16 – Investimento *per capita* dos municípios da Lezíria do Tejo em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017).

Com a maior amplitude de valores da RLVT registada no Médio Tejo (260 €/hab), o investimento *per capita* dos municípios nesta sub-região foi de 88,4 €/hab. Tal como anteriormente referido, o valor máximo foi de Mação (293,1 €/hab) e o mínimo de Entroncamento (32,3 €/hab).

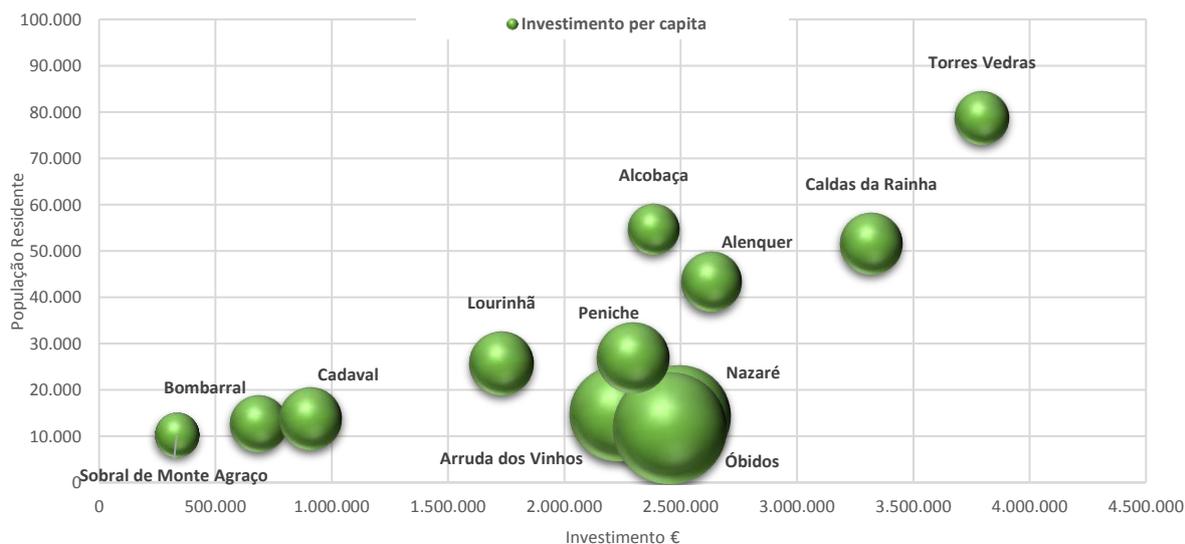
Gráfico 17 – Investimento *per capita* dos municípios Médio Tejo em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017).

O Oeste registou a menor amplitude de valores da região – 178,1€/hab, sendo que Óbidos (210,5 €/hab) obteve o maior valor de investimento *per capita* e Sobral de Monte Agraço (32,4 €/hab) o menor valor. No conjunto dos municípios desta sub-região registou-se igualmente o valor mínimo por NUTS III – 70,6 €/hab.

Gráfico 18 – Investimento *per capita* dos municípios do Oeste em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (dados obtidos em www.ine.pt a 07-11-2017).

4 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM²

Numa análise atenta à área geográfica, o investimento municipal na região foi de 28.615,4 €/km² em 2016. Por município, identifica-se uma amplitude muito significativa – de 995,7€/km² em Alpiarça, até 1.319.253,3 €/km² em Lisboa.

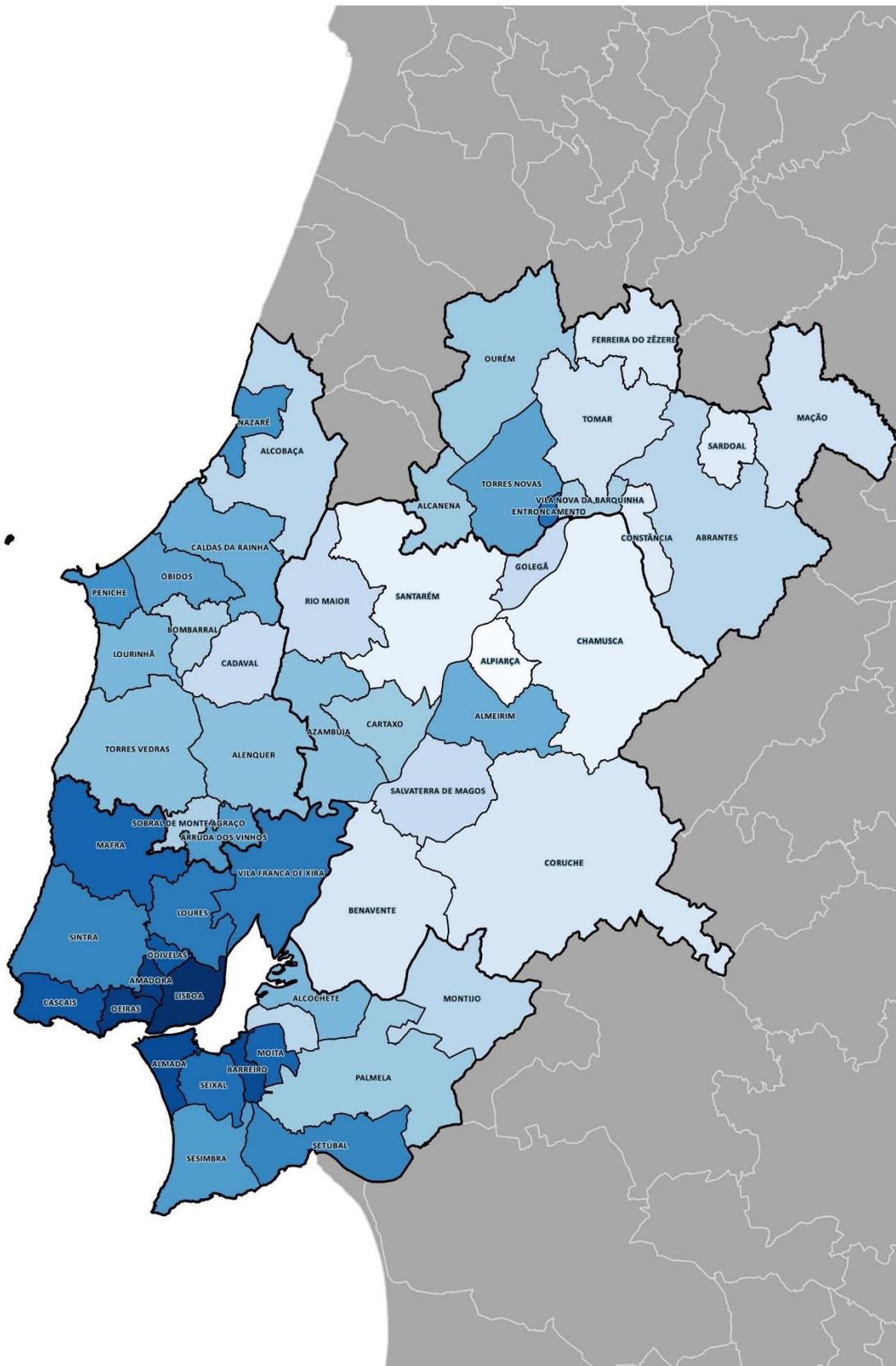
Tabela 13 – Investimento em 2016, por km² e por município

(ordem decrescente de superfície)

Municípios	Investimento (€)	Superfície (km ²)	Valores por km ² (€/km ²)
Coruche	3.685.592,57	1.116	3.302,5
Chamusca	1.448.991,76	746	1.942,3
Abrantes	4.083.201,62	715	5.710,8
Santarém	1.501.191,11	553	2.714,6
Benavente	1.729.976,65	521	3.320,5
Palmela	3.723.235,94	465	8.007,0
Ourém	3.448.126,51	417	8.268,9
Alcobaça	2.384.534,28	408	5.844,4
Torres Vedras	3.795.695,93	407	9.326,0
Mação	1.930.118,13	400	4.825,3
Tomar	1.604.603,85	351	4.571,5
Montijo	1.910.744,82	349	5.474,9
Sintra	11.653.276,44	319	36.530,6
Vila Franca de Xira	13.141.478,83	318	41.325,4
Alenquer	2.632.376,09	304	8.659,1
Mafra	15.981.139,59	292	54.729,9
Rio maior	1.395.682,67	273	5.112,4
Torres Novas	4.778.449,93	270	17.698,0
Azambuja	2.253.154,13	263	8.567,1
Caldas da Rainha	3.320.452,41	256	12.970,5
Salvaterra de Magos	1.285.181,83	244	5.267,1
Setúbal	8.345.950,35	230	36.286,7
Almeirim	2.769.751,33	222	12.476,4
Sesimbra	5.040.634,81	196	25.717,5
Ferreira do Zêzere	828.951,05	190	4.362,9
Cadaval	909.621,59	175	5.197,8
Loures	7.614.787,81	167	45.597,5
Cartaxo	1.238.114,57	158	7.836,2
Lourinhã	1.730.277,54	147	11.770,6
Óbidos	2.453.724,58	142	17.279,8
Alcochete	1.273.201,26	128	9.946,9
Alcanena	1.014.967,16	127	7.991,9
Lisboa	131.925.327,23	100	1.319.253,3
Cascais	15.703.505,66	97	161.891,8
Seixal	4.942.218,42	95	52.023,4
Alpiarça	94.591,32	95	995,7
Sardoal	298.304,56	92	3.242,4
Bombarral	685.784,39	91	7.536,1
Golegã	424.316,28	84	5.051,4
Nazaré	2.494.487,81	82	30.420,6
Constância	257.624,91	80	3.220,3
Peniche	2.295.730,91	78	29.432,4
Arruda dos Vinhos	2.228.667,97	78	28.572,7
Almada	16.035.572,51	70	229.079,6
Moita	4.284.375,58	55	77.897,7
Sobral de Monte Agraço	333.729,90	52	6.417,9
Vila Nova da Barquinha	337.557,24	50	6.751,1
Oeiras	24.999.632,86	46	543.470,3
Barreiro	7.285.792,91	36	202.383,1
Odivelas	5.078.677,28	27	188.099,2
Amadora	8.251.555,11	24	343.814,8
Entroncamento	671.865,24	14	47.990,4
RLVT	349.536.505,23	12.215	28.615,4

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

Mapa 2 – Investimento em 2016, por km², por município

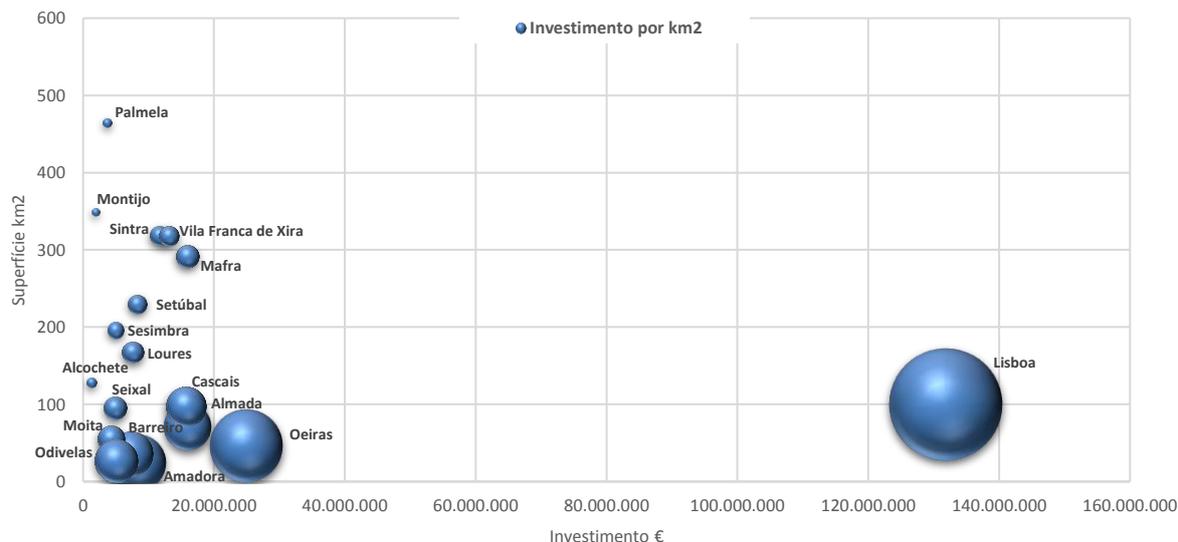


A representação dos municípios é efetuada com base no valor por km² de investimento – mais claro, valores mais baixos, mais escuro, valores mais elevados
 Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

A amplitude de valores é muito díspar ao nível sub-regional, com particular evidência para a AML, atendendo aos valores de investimento realizado em Lisboa. Em ordem decrescente, segue-se a variação no Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo.

Na AML, o investimento por km² dos municípios foi de 95.285,7 €/km². Tal como referido, o valor máximo registou-se em Lisboa (1.319.253,3 €/km²) e o mínimo em Montijo (5.474,9 €/km²), correspondente a uma variação na sub-região de 1.313.778,4 €/km².

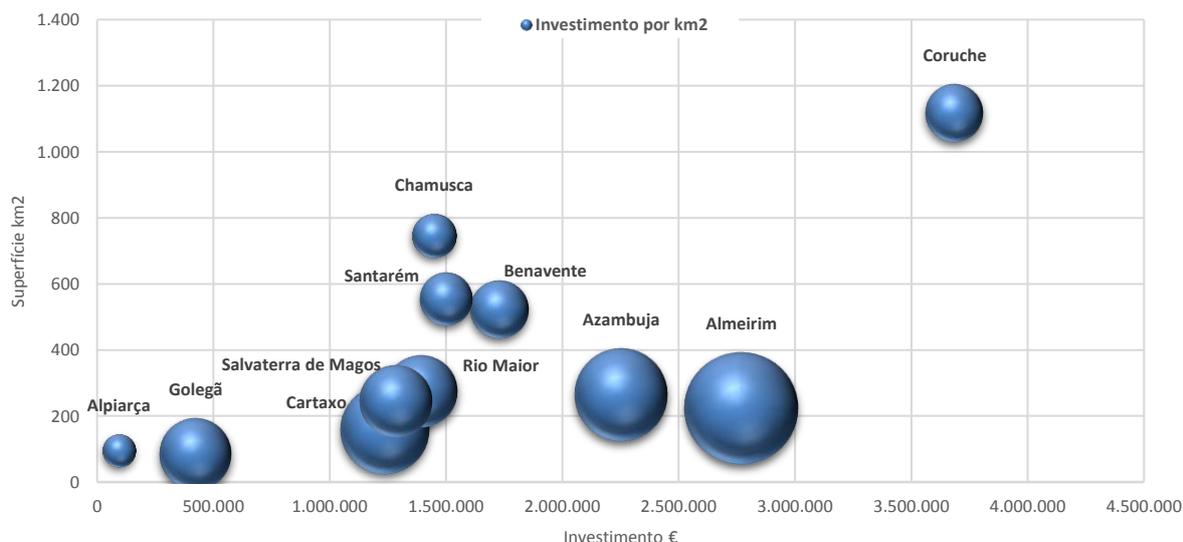
Gráfico 19 – Investimento por Km dos municípios do AML em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

A Lezíria do Tejo representou a menor amplitude de investimento por km² (11.480,7 €/km²), tendo igualmente o menor valor da região em Alpiarça (995,7 €/km²) e como valor máximo Almeirim (12.476,4 €/km²). O investimento por km² na sub-região foi de 4.170 €/km².

Gráfico 20 – Investimento por Km dos municípios da Lezíria do Tejo em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

No Médio Tejo, a amplitude de valores foi de 44.770,1 €/km², tendo como valor máximo Entroncamento (47.990,4 €/km²) e como valor mínimo Constância 3.220,3 €/km². O investimento por km² foi de 7.115,2 €/km².

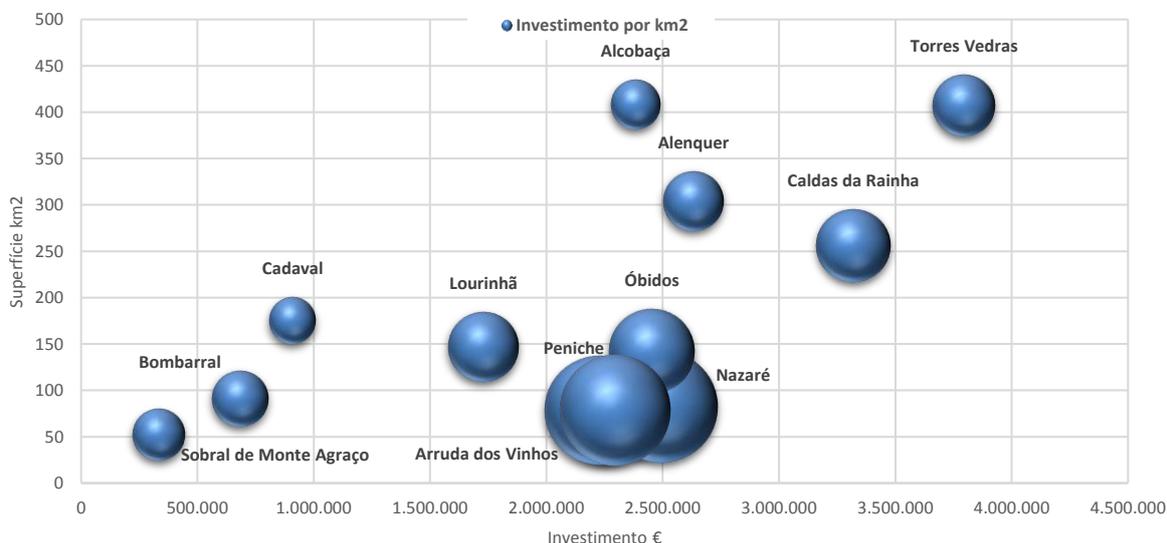
Gráfico 21 – Investimento por Km dos municípios do Médio Tejo em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

Finalmente o Oeste, onde o investimento por km² foi de 11.380,7 €/km². A Nazaré (30.420,6 €/km²) teve o maior valor e o Cadaval (5.197,8 €/km²) o valor mínimo, resultando uma amplitude de 25.222,8 €/km².

Gráfico 22 – Investimento por Km dos municípios do Oeste em 2016



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT; Área: km² em 2015 (dados obtidos em www.pordata.pt a 07-11-2017).

5 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR FUNÇÕES NAS NUTS III

5.1 Área Metropolitana de Lisboa

O investimento dos municípios da AML em 2016 privilegiou as FUNÇÕES SOCIAIS, representativas de 63,0% do investimento total, nas quais se destacaram as atividades ligadas ao *ordenamento do território*. Foram ainda privilegiados, embora em menor grau, os investimentos em *transportes rodoviários* (9,7%), *educação* (9,4%) e *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* (6,6%).

As FUNÇÕES GERAIS, constituídas quase na sua totalidade pelos *serviços gerais da administração pública*, representaram cerca de 1/5 do investimento municipal nesta sub-região.

Os investimentos realizados em FUNÇÕES ECONÓMICAS (12,7%) e em OUTRAS FUNÇÕES (2,9%) assumiram menor relevância.

Não foram registados investimentos em *segurança e ordem públicas, serviços culturais, recreativos e religiosos, transportes e comunicações, transportes aéreos*, assim como *comércio e turismo*.

Tabela 14 – Investimento municipal por funções na AML em 2016

NUTS III AML	Investimento municipal (€)	%
FUNÇÕES GERAIS	61.229.505,32	21,3%
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	58.319.153,56	20,3%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,0%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	2.448.361,49	0,9%
<i>Polícia municipal</i>	461.990,27	0,2%
FUNÇÕES SOCIAIS	180.887.372,22	63,0%
<i>Educação</i>	27.092.684,97	9,4%
<i>Saúde</i>	4.246.336,10	1,5%
<i>Segurança e ação sociais</i>	3.018.394,09	1,1%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	14.301.822,41	5,0%
<i>Ordenamento do território</i>	76.433.585,93	26,6%
<i>Saneamento</i>	9.404.050,07	3,3%
<i>Abastecimento de água</i>	3.020.489,07	1,1%
<i>Resíduos sólidos</i>	7.081.110,75	2,5%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	18.912.910,78	6,6%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,0%
<i>Cultura</i>	9.552.453,58	3,3%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	7.303.803,27	2,5%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	519.731,20	0,2%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	36.606.932,52	12,7%
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	24.157,31	0,0%
<i>Indústria e energia</i>	1.976.082,86	0,7%
<i>Transportes e comunicações</i>	0,00	0,0%
<i>Transportes rodoviários</i>	27.780.671,73	9,7%
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,0%
<i>Transportes fluviais</i>	21.681,33	0,0%
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,0%
<i>Mercados e feiras</i>	1.871.495,02	0,7%
<i>Turismo</i>	3.312.938,79	1,2%
<i>Outras funções económicas</i>	1.619.905,48	0,6%
OUTRAS FUNÇÕES	8.467.297,35	2,9%
<i>Operações da dívida autárquica</i>	1.752.377,13	0,6%
<i>Transferências entre administrações</i>	2.074.929,49	0,7%
<i>Diversas não especificadas</i>	4.639.990,73	1,6%
RLVT	287.191.107,41	100,0%

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

5.2 Lezíria do Tejo

Também na Lezíria do Tejo o investimento privilegiou as FUNÇÕES SOCIAIS, as quais constituíram cerca de 41,3% do total destas despesas, com destaque para a *educação* (10,0%), *ordenamento do território* (7,9%) e *desporto, recreio e lazer* (6,2%).

Em valores absolutos, o nível do investimento em FUNÇÕES GERAIS e em FUNÇÕES ECONÓMICAS foi muito próximo (4,9 M€ para cada uma destas áreas), representando cada uma delas cerca de 27% do total do investimento municipal na sub-região.

Os investimentos agregados em OUTRAS FUNÇÕES representaram cerca de 4,0% do investimento municipal na Lezíria do Tejo.

Não foram registados investimentos em *segurança e ordem públicas, polícia municipal, serviços culturais, recreativos e religiosos, agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, transportes aéreos, comércio e turismo, outras funções económicas e operações de dívida autárquica*.

Tabela 15 – Investimento municipal por funções na Lezíria do Tejo em 2016

NUTS III Lezíria do Tejo	Investimento municipal (€)	%
FUNÇÕES GERAIS	4.887.400,85	27,4%
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	3.835.414,08	21,5%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,0%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	1.051.986,77	5,9%
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,0%
FUNÇÕES SOCIAIS	7.356.555,54	41,3%
<i>Educação</i>	1.775.332,36	10,0%
<i>Saúde</i>	161.938,60	0,9%
<i>Segurança e ação sociais</i>	55.000,00	0,3%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	954.105,20	5,4%
<i>Ordenamento do território</i>	1.408.517,78	7,9%
<i>Saneamento</i>	170.170,27	1,0%
<i>Abastecimento de água</i>	414.299,18	2,3%
<i>Resíduos sólidos</i>	241.097,95	1,4%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	664.877,25	3,7%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,0%
<i>Cultura</i>	383.628,58	2,2%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	1.104.742,13	6,2%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	22.846,24	0,1%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.873.367,99	27,3%
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,0%
<i>Indústria e energia</i>	601.110,16	3,4%
<i>Transportes e comunicações</i>	181.735,32	1,0%
<i>Transportes rodoviários</i>	3.822.788,28	21,4%
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,0%
<i>Transportes fluviais</i>	5.626,93	0,0%
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,0%
<i>Mercados e feiras</i>	90.798,64	0,5%
<i>Turismo</i>	171.308,66	1,0%
<i>Outras funções económicas</i>	0,00	0,0%
OUTRAS FUNÇÕES	709.219,84	4,0%
<i>Operações da dívida autárquica</i>	0,00	0,0%
<i>Transferências entre administrações</i>	127.410,53	0,7%
<i>Diversas não especificadas</i>	581.809,31	3,3%
RLVT	17.826.544,22	100,0%

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

5.3 Médio Tejo

Não obstante a predominância das áreas sociais em termos de grandes funções, para além dos *serviços gerais da administração pública* (15,5%), os *transportes rodoviários* (14,2%) foram a atividade com maior volume de investimento dos municípios do Médio Tejo, seguida da área da *cultura* (12,9%).

O *ordenamento do território* (9,8%), a *indústria e energia* (9,6%) e a *educação* (8,4%) constituíram igualmente importantes áreas de investimento dos municípios do Médio Tejo, em 2016.

Não foram registados investimentos em *segurança e ordem públicas, polícia municipal, transportes aéreos, transportes fluviais, comércio e turismo*.

Tabela 16 – Investimento municipal por funções no Médio Tejo em 2016

NUTS III Médio Tejo	Investimento municipal (€)	%
FUNÇÕES GERAIS	3.425.669,14	17,8%
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	2.981.868,66	15,5%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,0%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	443.800,48	2,3%
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,0%
FUNÇÕES SOCIAIS	8.613.372,15	44,7%
<i>Educação</i>	1.621.602,57	8,4%
<i>Saúde</i>	111.545,08	0,6%
<i>Segurança e ação sociais</i>	80.518,49	0,4%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	189.149,37	1,0%
<i>Ordenamento do território</i>	1.893.546,68	9,8%
<i>Saneamento</i>	182.568,20	0,9%
<i>Abastecimento de água</i>	149.573,24	0,8%
<i>Resíduos sólidos</i>	197.348,24	1,0%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	958.684,47	5,0%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	5.398,96	0,0%
<i>Cultura</i>	2.493.088,04	12,9%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	728.560,68	3,8%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	1.788,13	0,0%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	6.774.098,01	35,2%
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	615,00	0,0%
<i>Indústria e energia</i>	1.850.513,43	9,6%
<i>Transportes e comunicações</i>	1.412.424,84	7,3%
<i>Transportes rodoviários</i>	2.727.344,01	14,2%
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,0%
<i>Transportes fluviais</i>	0,00	0,0%
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,0%
<i>Mercados e feiras</i>	426.844,59	2,2%
<i>Turismo</i>	33.221,88	0,2%
<i>Outras funções económicas</i>	323.134,26	1,7%
OUTRAS FUNÇÕES	440.630,90	2,3%
<i>Operações da dívida autárquica</i>	57.933,39	0,3%
<i>Transferências entre administrações</i>	14.723,10	0,1%
<i>Diversas não especificadas</i>	367.974,41	1,9%
RLVT	19.253.770,20	100,0%

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

5.4 Oeste

Com a preponderância, em termos de grandes funções, das FUNÇÕES ECONÓMICAS, o investimento municipal no Oeste em 2016 pautou-se por um predomínio das atividades relacionadas com os *transportes rodoviários*, representativas de 27,5% do investimento realizado na sub-região.

Para além dos *serviços gerais da administração pública* (23,7%), destacaram-se ainda as despesas de investimento em *educação* (7,0%) e no *ordenamento do território* (6,6%).

Não foram registados investimentos em *polícia municipal, serviços culturais, recreativos e religiosos, outras atividades cívicas e religiosas, agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, transportes aéreos, transportes fluviais e comércio e turismo.*

Tabela 17 – Investimento municipal por funções no Oeste em 2016

NUTS III Oeste	Investimento municipal (€)	%
FUNÇÕES GERAIS	6.033.676,56	23,9%
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	5.979.041,90	23,7%
<i>Segurança e ordem públicas</i>	736,11	0,0%
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	53.898,55	0,2%
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,0%
FUNÇÕES SOCIAIS	8.218.596,77	32,5%
<i>Educação</i>	1.761.780,96	7,0%
<i>Saúde</i>	287.293,63	1,1%
<i>Segurança e ação sociais</i>	89.539,28	0,4%
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	559.040,87	2,2%
<i>Ordenamento do território</i>	1.678.011,17	6,6%
<i>Saneamento</i>	173.457,29	0,7%
<i>Abastecimento de água</i>	418.755,86	1,7%
<i>Resíduos sólidos</i>	408.926,97	1,6%
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	1.233.358,92	4,9%
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,0%
<i>Cultura</i>	940.626,95	3,7%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	667.804,87	2,6%
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,00	0,0%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	8.818.770,00	34,9%
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,0%
<i>Indústria e energia</i>	1.053.285,78	4,2%
<i>Transportes e comunicações</i>	74.828,02	0,3%
<i>Transportes rodoviários</i>	6.938.704,48	27,5%
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,0%
<i>Transportes fluviais</i>	0,00	0,0%
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,0%
<i>Mercados e feiras</i>	63.242,17	0,3%
<i>Turismo</i>	312.779,86	1,2%
<i>Outras funções económicas</i>	375.929,69	1,5%
OUTRAS FUNÇÕES	2.194.040,07	8,7%
<i>Operações da dívida autárquica</i>	31.939,11	0,1%
<i>Transferências entre administrações</i>	595.341,04	2,4%
<i>Diversas não especificadas</i>	1.566.759,92	6,2%
RLVT	25.265.083,40	100,0%

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

CAPÍTULO III. GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2016

1 GRAU DE COBERTURA GLOBAL

A comparação entre o investimento municipal pago, entendido como o conjunto formado pelo investimento direto – aquisição de bens de capital, e indireto – despesas com transferências de capital para outras entidades, com as fontes de financiamento privilegiadas para este tipo de despesas, as quais estão discriminadas na tabela seguinte, permite-nos constatar que, em 2016, há uma taxa de cobertura integral dos investimentos pagos por parte destas receitas.

Os investimentos diretos constituíram a maior fatia dos investimentos municipais, correspondentes a mais de $\frac{4}{5}$. O investimento efetuado de forma indireta, através de transferências para outras entidades, representou menos de $\frac{1}{5}$ do total do investimento municipal pago em 2016. Nas principais fontes de financiamento, destacam-se a poupança corrente (51,7%) e o saldo orçamental transitado de gerências anteriores, que formou quase $\frac{1}{3}$ das receitas.

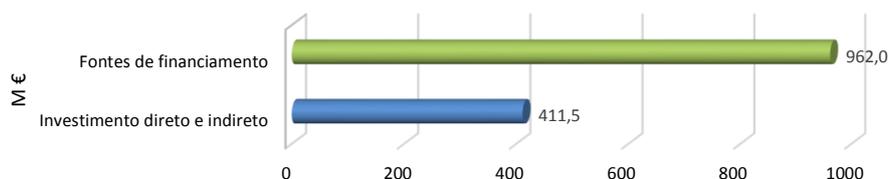
Tabela 18 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento em 2016 na RLVT

Investimento e seu financiamento	2016 (€)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (%)
Investimento direto e indireto	411.532.380,94	100,0%
Aquisição bens de capital ¹¹	332.755.214,14	80,9%
Transferências de capital ¹²	78.777.166,80	19,1%
Fontes de financiamento a)	961.987.154,79	100,0%
Empréstimos de médio e longo prazo	75.732.123,65	7,9%
FEF (capital)	24.360.089,29	2,5%
Fundos comunitários (receitas de capital)	30.453.468,76	3,2%
Outras transferências de capital	15.842.627,19	1,6%
Venda de bens de investimento	28.440.690,19	3,0%
Poupança corrente ¹³	497.377.405,27	51,7%
Saldo da gerência anterior	289.780.750,44	30,1%
Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento	42,8%	

a) Receita cobrada bruta

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Gráfico 23 – Despesas dos municípios da RLVT com investimento direto e indireto e principais fontes de financiamento, em 2016



¹¹ Classificação económica / agrupamento da despesa 07.

¹² Classificação económica / agrupamento da despesa 08.

¹³ Por poupança corrente entende-se a diferença simples entre as receitas correntes e as despesas correntes. Através deste indicador pretende-se apurar o volume de poupança gerado que pode ser utilizado para custear investimentos.

2 GRAU DE COBERTURA POR MUNICÍPIO

Na tabela seguinte é possível observar, em 2016 e por município, o grau de cobertura das despesas de investimento direto e indireto pelas principais fontes de financiamento.

Tabela 19 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento em 2016, por município

(ordem crescente do indicador)

Municípios	Principais fontes de financiamento (€)	Investimento direto e indireto (€)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (%)
Alpiarça	1.476.025,71	94.591,32	6,4%
Santarém	28.791.673,32	2.658.635,48	9,2%
Seixal	68.698.000,06	9.067.551,87	13,2%
Constância	1.651.818,62	296.110,21	17,9%
Sintra	63.194.098,16	12.110.947,63	19,2%
Coruche	17.457.242,95	3.597.373,13	20,6%
Azambuja	9.242.374,41	2.253.154,13	24,4%
Vila Nova da Barquinha	1.918.894,29	471.343,89	24,6%
Ferreira do Zêzere	4.081.439,43	1.012.690,44	24,8%
Montijo	6.471.413,26	1.959.540,98	30,3%
Sobral de Monte Agraço	1.355.247,55	411.031,42	30,3%
Entroncamento	2.219.806,22	692.597,43	31,2%
Cadaval	3.259.928,42	1.024.453,88	31,4%
Chamusca	5.106.140,61	1.604.677,67	31,4%
Alcobaça	13.297.737,25	4.217.020,73	31,7%
Abrantes	13.337.492,81	4.245.544,94	31,8%
Tomar	8.097.339,16	2.689.675,78	33,2%
Lourinhã	5.318.599,99	1.885.156,52	35,4%
Palmela	11.206.638,04	4.032.667,44	36,0%
Sardoal	892.421,40	326.186,03	36,6%
Barreiro	20.876.387,29	7.837.190,67	37,5%
Vila Franca de Xira	33.738.856,83	12.779.346,81	37,9%
Setúbal	20.944.186,74	8.019.149,76	38,3%
Rio Maior	4.382.518,53	1.694.098,53	38,7%
Ourém	11.203.519,53	4.652.280,01	41,5%
Alcanena	3.655.826,34	1.527.506,51	41,8%
Benavente	4.300.801,34	1.801.514,15	41,9%
Odivelas	20.000.465,26	8.430.948,62	42,2%
Torres Novas	11.156.375,92	4.745.252,28	42,5%
Oeiras	55.551.780,53	24.233.399,72	43,6%
Peniche	5.599.781,85	2.530.426,77	45,2%
Caldas da Rainha	10.340.552,88	4.686.270,47	45,3%
Salvaterra de Magos	3.050.736,24	1.418.931,79	46,5%
Almada	35.603.311,67	17.505.520,41	49,2%
Bombarral	1.517.342,90	765.362,21	50,4%
Loures	19.243.748,47	9.780.589,86	50,8%
Lisboa	307.237.565,87	162.986.407,65	53,0%
Óbidos	2.344.238,66	1.246.668,08	53,2%
Cartaxo	5.502.801,68	3.005.860,83	54,6%
Moita	8.653.261,04	4.962.030,22	57,3%
Amadora	17.469.292,91	10.064.188,06	57,6%
Torres Vedras	10.339.668,71	6.262.192,41	60,6%
Mafra	24.083.857,60	14.625.259,45	60,7%
Alenquer	4.692.950,46	2.959.709,09	63,1%
Sesimbra	8.732.914,81	5.741.284,29	65,7%
Almeirim	4.457.203,86	2.932.435,50	65,8%
Alcochete	2.022.938,76	1.345.817,83	66,5%
Golegã	698.986,29	480.085,33	68,7%
Mação	2.777.957,96	1.972.392,14	71,0%
Cascais	28.704.020,48	21.012.539,95	73,2%
Arruda dos Vinhos	3.075.512,83	2.305.207,81	75,0%
Nazaré	2.953.458,89	2.571.562,81	87,1%

Municípios	Principais fontes de financiamento (€)	Investimento direto e indireto (€)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (%)
RLVT	961.987.154,79	411.532.380,94	42,8%

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2016 dos municípios da RLVT.

Conforme se constata, todos os municípios garantiram um grau de cobertura integral dos investimentos por parte das fontes de financiamento selecionadas, ficando uma margem significativa por utilizar. Em 34 municípios, mais de 50% das principais fontes de financiamento não são utilizadas para investimento¹⁴.

¹⁴ Importa ressaltar que esta análise incide sobre o investimento classificado como tal nos documentos de prestação de contas, sendo que os municípios realizam também despesas com investimentos que não são contabilizadas como tal em termos de classificação económica, pelo facto de as obras serem executadas por administração direta e existirem, designadamente, despesas com pessoal que são classificadas, em termos económicos, como despesas correntes.

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016	10
Tabela 2 – Subfunções de FUNÇÕES GERAIS	11
Tabela 3 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2012 a 2016	11
Tabela 4 – Subfunções de FUNÇÕES SOCIAIS	12
Tabela 5 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2012 a 2016	12
Tabela 6 – Subfunções de FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	14
Tabela 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2012 a 2016.....	14
Tabela 8 – Subfunções de OUTRAS FUNÇÕES.....	15
Tabela 9 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2012 a 2016.....	15
Tabela 10 – Evolução do investimento municipal, de 2012 a 2016, por NUTS III.....	17
Tabela 11 – Grau de execução do investimento pago, em 2016.....	19
Tabela 12 – Investimento em 2016, <i>per capita</i> , por município	21
Tabela 13 – Investimento em 2016, por km ² e por município	24
Tabela 14 – Investimento municipal por funções na AML em 2016	28
Tabela 15 – Investimento municipal por funções na Lezíria do Tejo em 2016.....	29
Tabela 16 – Investimento municipal por funções no Médio Tejo em 2016	30
Tabela 17 – Investimento municipal por funções no Oeste em 2016	31
Tabela 18 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento em 2016 na RLV T.....	32
Tabela 19 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento em 2016, por município.....	33
Gráfico 1 – Estrutura do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016.....	10
Gráfico 2 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2012 a 2016	10
Gráfico 3 – Evolução do investimento municipal em funções gerais, de 2012 a 2016	11
Gráfico 4 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - Funções Gerais	12
Gráfico 5 – Evolução do investimento municipal em funções sociais, de 2012 a 2016	13
Gráfico 6 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - Funções Sociais.....	13
Gráfico 7 – Evolução do investimento municipal em funções económicas, de 2012 a 2016.....	14
Gráfico 8 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 - Funções Económicas	15
Gráfico 9 – Evolução do investimento municipal em outras funções, de 2012 a 2016.....	16
Gráfico 10 – Estrutura do investimento municipal pago, de 2012 a 2016 – Outras Funções	16
Gráfico 11 – Evolução do investimento municipal, de 2012 a 2016, por NUTS III.....	17
Gráfico 12 – Distribuição do investimento municipal de acordo com as grandes funções, em 2016	18
Gráfico 13 – Distribuição do grau de execução dos investimentos municipais previstos, de acordo com as grandes funções, em 2016.....	18
Gráfico 14 – Amplitude do investimento per capita dos municípios da RLV T, por NUTS III, em 2016.....	19
Gráfico 15 – Investimento per capita dos municípios da AML em 2016.....	22
Gráfico 16 – Investimento per capita dos municípios da Lezíria do Tejo em 2016	22
Gráfico 17 – Investimento per capita dos municípios Médio Tejo em 2016	23
Gráfico 18 – Investimento per capita dos municípios do Oeste em 2016.....	23
Gráfico 19 – Investimento por Km dos municípios do AML em 2016.....	26
Gráfico 20 – Investimento por Km dos municípios da Lezíria do Tejo em 2016	26
Gráfico 21 – Investimento por Km dos municípios do Médio Tejo em 2016.....	27
Gráfico 22 – Investimento por Km dos municípios do Oeste em 2016.....	27
Gráfico 14 – Despesas dos municípios da RLV T com investimento direto e indireto e principais fontes de financiamento, em 2016	32
Mapa 1 – Investimento em 2016, per capita, por município	20
Mapa 2 – Investimento em 2016, por km ² , por município	25

BIBLIOGRAFIA

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros, Lisboa.

Franco, A. L. de Sousa (2003). *Finanças do Sector Público-Introdução aos Subsectores Institucionais*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa.

Santos, J. Albano. Os saldos orçamentais, GPEARI – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Santos, J. Albano (2016). *Finanças públicas*, INA Editora, Lisboa.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina, Coimbra.

WEBGRAFIA

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0

<https://www.pordata.pt/Municipios/Superf%C3%ADcie-57>